



Deliberações Reunião de Câmara de 02 abril 2014

ORDEM DE TRABALHOS

1.- PEDIDO DE CEDÊNCIA DE UMA SALA DA ESCOLA EB1 DE PINHEIRO. Presente, para análise e decisão, requerimento em nome do presidente da ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DE PINHEIRO, António Manuel Pacheco de Bárbara, onde solicita a cedência, a esta Associação, da sala do lado esquerdo da escola EB1 de Pinheiro.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

2.- PEDIDO DE CEDÊNCIA DE UMA SALA DA ESCOLA EB1 DE PINHEIRO. Presente, para análise e decisão, requerimento em nome do presidente do CLUBE EQUESTRE DA CABREIRA, Manuel Morais Ribeiro, onde solicita a cedência, a este Clube, da sala dos fundos da escola EB1 de Pinheiro.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

3.- SOLICITAÇÃO DE SUBSÍDIO. Presente, para análise e decisão, pedido em nome da ASSOCIAÇÃO DE FRADES E AMIGOS, onde solicita a atribuição de subsídio de € 400,00 (quatrocentos euros) com vista a ajuda na reparação do telhado da sede desta Associação. Vem acompanhado de informação prestada pela chefe de divisão, Dra. Isilda Domingues

DELIBERAÇÃO: Aprovado

4.- APOIO DIRETO A ARRENDAMENTO URBANO – RENOVAÇÃO. Presente, para ratificação, despacho da Sra. Vereadora, Prof.ª Elsa Ribeiro, do passado dia vinte e quatro de março, que aprova pedido de renovação de candidatura de apoio a arrendamento urbano, em que é requerente SVITLANA ORYNYAC, residente na Rua Luís da Camões em Vieira Minho. Vem acompanhado de informação favorável prestada pelo técnico superior, Dr. Avelino Simões, que determina que a candidatura se enquadra no escalão 5 a que corresponde um apoio de € 127,50 (cento e vinte e sete

euros e cinquenta cêntimos) mensais. O pedido foi objeto de emissão de proposta de cabimento.

DELIBERAÇÃO: Ratificado por unanimidade.

5.- APOIO DIRETO A ARRENDAMENTO URBANO – RENOVAÇÃO. Presente, para decisão, pedido de renovação de candidatura de apoio a arrendamento urbano, em que é requerente MARIA ALICE PIRES GONÇALVES, residente na Rua do Telhado, Eira Vedra, Vieira Minho. Vem acompanhado de informação favorável prestada pelo técnico superior, Dr. Avelino Simões, que determina que a candidatura se enquadra no escalão 4 a que corresponde um apoio de € 106,25 (cento e vinte e seis euros e vinte e cinco cêntimos) mensais. O pedido foi objeto de emissão de proposta de cabimento.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

6.- APOIO DIRETO A ARRENDAMENTO URBANO – RENOVAÇÃO. Presente, para ratificação, despacho da Sra. Vereadora, Prof.ª Elsa Ribeiro, do passado dia vinte e quatro de março, que aprova pedido de renovação de candidatura de apoio a arrendamento urbano, em que é requerente AUGUSTO VIEIRA DE BARROS, residente na Rua Dr. Boaventura Fernandes em Vieira Minho. Vem acompanhado de informação favorável prestada pelo técnico superior, Dr. Avelino Simões, que determina que a candidatura se enquadra no escalão 5 a que corresponde um apoio de € 127,50 (cento e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos) mensais. O pedido foi objeto de emissão de proposta de cabimento.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

7.- APOIO DIRETO A ARRENDAMENTO URBANO – RENOVAÇÃO. Presente, para ratificação, despacho da Sra. Vereadora, Prof.ª Elsa Ribeiro, do passado dia vinte e quatro de março, que aprova pedido de renovação de candidatura de apoio a arrendamento urbano, em que é requerente ELISABETE DIAS CANELA, residente na Av. Imaculada Conceição em Vieira Minho. Vem acompanhado de informação favorável prestada pelo técnico superior, Dr. Avelino Simões, que determina que a candidatura se enquadra no escalão 5 a que corresponde um apoio de € 127,50 (cento e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos) mensais. O pedido foi objeto de emissão de proposta de cabimento.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

8.- EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO ATÉ € 408.756,86. Presente, para análise e decisão, proposta de anulação do procedimento para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante de € 408.756,86 (quatrocentos e oito mil, setecentos e cinquenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos), aprovado por deliberação da Câmara Municipal de dezoito de dezembro de dois mil e treze, porquanto as condições atuais de acesso e de utilização, deverão ser realizadas no âmbito do empréstimo quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimentos. Vem acompanhado de informações prestadas pelo assistente técnico, José Antunes, e pela dirigente de 3º grau, Dra. Susana Francisco.

DELIBERAÇÃO: Anulado

9.-PRIMEIRA REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS. Presente, para análise e decisão, a primeira revisão aos documentos previsionais do corrente ano de dois mil e catorze.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

10.- TRANSAÇÃO. Presente, para análise e decisão, Transação no âmbito do Processo nº 1933/13.0BEBRG (ação administrativa especial), em que é autora Ana Maria Truta Fraga de Miranda Fernandes e Oliveira Duarte, e Réus, EPMAR, Empresa Pública Municipal de Águas, Resíduos e Equipamentos de Vieira do Minho, E.M. - em liquidação, e o município de Vieira do Minho.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

11.- ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL. Com vista a poder dar-se cumprimento a transação judicial, vem à Câmara, para análise e decisão, proposta de ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL do município de Vieira do Minho, a fim de contemplar um lugar para acordo de cedência de interesse público.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

12.- PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO DE: A) UM TÉCNICO SUPERIOR PARA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ENGENHARIA BIOLÓGICA; B) SEIS ASSISTENTES TÉCNICOS PARA O PREENCHIMENTO

DE SEIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO;

3) DEZ ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA O PREENCHIMENTO DE DEZ POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL.

No seguimento da deliberação da Assembleia Municipal de Vieira do Minho, do passado dia 25 de fevereiro, que aprovou a alteração do mapa de pessoal deste município com vista a contemplar o recrutamento dos trabalhadores necessários ao cumprimento das atividades objeto de internalização que, anteriormente, eram prestadas pela EPMAR, E.M., agora em liquidação, vem à Câmara, para análise e decisão, Despacho do seu Presidente onde propõe a abertura excecional, nos termos do nº 2 do artigo 64º do Orçamento do Estado para 2014, dos seguintes procedimentos concursais caso, após cumprimento do disposto no artigo 24º da Lei nº 80/2013, de 28 de novembro e, da Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro, se verifique a não ocupação de todos, ou alguns, dos postos de trabalho, por trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades a seguir identificadas:

1- Procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado de um técnico superior para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior - Engenharia Biológica;

2- Procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado de seis assistentes técnicos para o preenchimento de seis postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico;

3- Procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado de dez assistentes operacionais para o preenchimento de dez postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional.

Mais propõe que, nos termos do nº 1, 2 e 3 do artigo 53º e no uso da faculdade conferida pela alínea a) do nº4 do mesmo artigo, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, sejam aplicados os seguintes métodos de seleção e ponderações:

a) Avaliação curricular (55%) e entrevista profissional de seleção (45%) - para os candidatos referidos no nº 2 do artigo artigo 53º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

b) Prova de conhecimentos de natureza teórica, para técnico superior e assistentes técnicos, e de natureza prática, para assistentes operacionais (55%) e entrevista profissional de seleção (45%) - para os restantes candidatos.

Mais se propõem os seguintes júris:

Técnicos superiores:

Presidente: Dr. António Afonso Ribeiro Barroso

Vogais efetivos: Eng.º Nuno Cota e Dra. Isilda Domingues

Vogais suplentes: Eng.º Manuel Fernandes e Eng.ª Cristina Silva

Nas faltas e impedimentos do Presidente do Júri, este será substituído pelo primeiro vogal efetivo.

Assistentes técnicos:

Presidente: Dr. António Afonso Ribeiro Barroso;

Vogais efetivos: Dra. Isilda Domingues e Dra. Susana Francisco;

Vogais suplentes: Dra.ª Mónica Gonçalves e Dra. Sofia Ferreira.

Nas faltas e impedimentos do Presidente do Júri, este será substituído pelo primeiro vogal efetivo.

Assistentes operacionais:

Presidente: Dr. António Afonso Ribeiro Barroso;

Vogais efetivos: Eng.º Nuno Cota e Dra. Isilda Domingues

Vogais suplentes: Eng.º Manuel Fernandes e Eng.ª Cristina Silva

Nas faltas e impedimentos do Presidente do Júri, este será substituído pelo primeiro vogal efetivo.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

13- RECRUTAMENTO DE CARGOS DIRIGENTES – CARGOS A PROVER, DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO E MÉTODOS DE SELEÇÃO E RESPETIVA PONDERAÇÃO.

Presente, para análise e decisão, proposta do Presidente da Câmara de recrutamento dos cargos dirigentes de direção intermédia de 2º grau, Chefe de Divisão de Administração e Finanças e Chefe de Divisão de Urbanismo e Obras Municipais, e do cargo de direção intermédia de 3º grau para coordenação e controlo da unidade funcional Serviços Financeiros, assim como, o júri de recrutamento e métodos de seleção e respetiva ponderação.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

14.- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E TREZE. Presentes, para análise, com vista à sua aprovação, os documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de dois mil e treze. Vem acompanhado de Certificação Legal das Contas do Município.

RESUMO – CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO DE 2013– A Conta de Gerência do ano de 2013, cuja tesouraria está a cargo do Coordenador Técnico Aníbal José Silva Vieira, organizada ao abrigo das disposições legais, a qual apresenta os seguintes dados:

RECEBIMENTOS:

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR: 640 127,18 € (seiscentos e quarenta mil, cento e vinte e sete euros e dezoito cêntimos), sendo 415 516,57 € (quatrocentos e quinze mil, quinhentos e dezasseis euros e cinquenta e sete cêntimos) de execução orçamental e 224 610,61 € (duzentos e vinte e quatro mil, seiscentos e dez euros e sessenta e um cêntimos) de operações de tesouraria.

RECEITAS ORÇAMENTAIS: 15 076 120,15 € (quinze milhões, setenta e seis mil, cento e vinte euros e quinze cêntimos) sendo RECEITAS CORRENTES – 8 135 267,24 € (oito milhões, cento e trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos); RECEITAS DE CAPITAL – 6 940 352,91 € (seis milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e dois euros e noventa e dois cêntimos); e OUTRAS RECEITAS – 500,00 € (quinhentos euros).

OPERAÇÕES DE TESOURARIA – 744 070,99€ (setecentos e quarenta e quatro mil setenta euros e noventa e nove cêntimos). TOTAL DOS RECEBIMENTOS – 16 460 318,32 € (dezasseis milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e dezoito euros e trinta e dois cêntimos).

PAGAMENTOS:

DESPESAS ORÇAMENTAIS: 15 068 749,69 € (quinze milhões, sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos) sendo DESPESAS CORRENTES – 8 116 874,10 € (oito milhões, cento e dezasseis mil, oitocentos e setenta e quatro euros e dez cêntimos); e DESPESAS DE CAPITAL – 6 951 872,59 € (seis milhões, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos).

OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 698 498,88 € (seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta e oito cêntimos).

SALDO PARA A GERÊNCIA IMEDIATA: 693 072,75 € (seiscentos e noventa e três mil, setenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), sendo 422 890,03 € (quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e noventa euros e três cêntimos) de execução orçamental e 270 182,72 € (duzentos e setenta mil, cento e oitenta e dois euros e setenta e dois cêntimos) de operações de tesouraria.

TOTAL DOS PAGAMENTOS: 16 460 318,32 € (dezasseis milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e dezoito euros e trinta e dois cêntimos).

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:

PAGAMENTOS: 5 578 484,25 € (cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos).

PLANO DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS:

PAGAMENTOS: 2 744 149,32 € (dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos).

DELIBERAÇÃO: Aprovado

15.- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DO IVA. Presente, para análise e decisão, proposta de emissão de parecer prévio vinculativo com vista à abertura do procedimento de ajuste direto, no regime geral, para celebração de contrato de prestação de serviços profissionais na área do IVA. Vem acompanhado de informações prestadas pelo assistente técnico, José Antunes, e pela dirigente de 3º grau, Dra. Susana Francisco.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

16.- PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO – FORNECIMENTO DE SERVIÇO TELEFÓNICO MÓVEL PARA O ANO DOIS MIL E CATORZE. Presente, para ratificação pela Câmara Municipal, despacho do Sr. Vereador, Dr. António Afonso Ribeiro Barroso, datado do passado dia vinte e quatro de março, onde toma a decisão de contratar e de autorizar a despesa inerente procedimento de ajuste direto para fornecimento de serviço telefónico móvel para o ano dois mil e catorze. Vem acompanhado de informações prestadas pelo assistente técnico, José Antunes, e pela dirigente de 3º grau, Dra. Susana Francisco.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

17.- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM – TRABALHOS FINAIS. Presente, para análise e decisão, proposta de emissão de parecer prévio vinculativo com vista à abertura do procedimento de ajuste direto, no regime geral, para celebração de contrato de prestação de serviços no âmbito dos trabalhos finais de revisão do PDM. Vem acompanhado de informações prestadas pelo assistente técnico, José Antunes, e pela dirigente de 3º grau, Dra. Susana Francisco.

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.

18.- AUDITORIA À BRANCELHE. Presente, para análise e decisão, ofício remetido pela Direção da BRANCELHE, onde dá conhecimento do teor sua deliberação do passado dia vinte e sete de março.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

19.- AUDITORIA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO. Na sequência de Relatório de Revisão Limitada, Due Diligence, com referência a 31 de outubro de dois mil e treze, presente, para conhecimento, o mapa da dívida do município aquela data.

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.

20.- EXTINÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE GESTÃO DA ZONA DE CAÇA MUNICIPAL. Considerando a existência de solicitações por parte de algumas Associações de caçadores deste município em serem concessionárias dos terrenos cinegéticos pertencentes à Zona de Caça Municipal, propõe-se solicitar, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 201/2005, de 24 de novembro, à Direção Geral dos Recursos Florestais, a extinção da transferência da gestão da Zona de Caça Municipal de Vieira do Minho, atribuída pela Portaria nº 979/2003, de 13 de setembro e renovada pela Portaria n.º 566/2009, de 27 de Maio.

DELIBERAÇÃO: Aprovado